

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Milene do Valle Daflon

**PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS ESCOLAS E PARA ALÉM DAS ESCOLAS:
Uma abordagem inicial a partir do segundo Caderno Temático sobre Educação
Patrimonial de João Pessoa-PB.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MILENE DO VALLE DAFLON**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072036A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS ESCOLAS E PARA ALÉM DAS ESCOLAS: Uma abordagem inicial a partir do segundo Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa-PB**, desenvolvido durante o período de **01/2023 a 06/2023** sob a orientação de **EDWALDO SÉRGIO DOS ANJOS JÚNIOR**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Milene do Valle Daflon

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS ESCOLAS E PARA ALÉM DAS ESCOLAS: Uma abordagem inicial a partir do segundo Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa-PB.

Milene do Valle Daflon¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira os patrimônios culturais terão relação com as escolas. Com vistas a atingir esse objetivo, se realizou uma pesquisa bibliográfica sobre patrimônio cultural e ensino escolar desse conteúdo, procurando compreender, de forma mais específica o segundo Caderno Temático de João Pessoa intitulado como: “Educação Patrimonial reflexões e práticas”, a partir dele foi possível visualizar algumas abordagens pedagógicas para a exploração do tema dos patrimônios culturais na educação. Esta pesquisa, de cunho exploratório e viés qualitativo, decorre do interesse da pesquisadora acerca da difusão do patrimônio cultural junto a setores da sociedade. Um interesse particular reside ainda na tentativa de compreender se ações didático-pedagógicas seriam capazes, a luz da bibliografia existente, de fomentar um sentimento de maior pertencimento dos alunos(as) em relação aos bens culturais. De forma preliminar, se percebeu, após análise de trabalhos acerca do tema, que o trato do patrimônio cultural, embora problematize memórias silenciadas, bens de grupos minoritários e vocalize a necessidade de se reconhecer a alteridade, ainda não valoriza manifestações culturais dos próprios educandos, isto é, práticas culturais do cotidiano desses alunos, o que pode contribuir para uma representação do patrimônio intimamente alinhavado a bens culturais cancelados por medidas cautelares do Estado, como o tombamento e o registro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Patrimônio Cultural, Escola, Caderno temático.

1. INTRODUÇÃO

É importante assinalar que a noção de patrimônio cultural se modifica ao longo do tempo. Ao decorrer dos séculos XVIII e XIX, segundo Choay (2001)² há um tratamento do tema sob a égide do Estado, na medida em que o agenciamento do patrimônio cultural visaria criar um senso de pertencimento dos cidadãos em relação ao Estado-Nação.

Não por acaso, após a Revolução Francesa, coube a França instituir a primeira Comissão Nacional de Monumentos Históricos. Bens culturais passariam, sob a tutela do Estado, a constituir um importante acervo capaz de salvaguardar não só a memória histórica do país, como também se tornarem representativos do Estado.

No caso do Brasil, essa perspectiva de gestão do patrimônio cultural perdurou por boa parte do século XX. A própria criação do então Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, apesar de ter contado com o apoio de intelectuais modernistas, como Mário de Andrade³, foi fortemente perpassada pelo ideário do governo de Getúlio Vargas em torno da ideia de identidade nacional. Aliás, “foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através das práticas específicas, a sua preservação” (FONSECA, 1997, p. 28).

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: milenedovalle@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior.

² CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP.

³ É sabido que Mário de Andrade, em 1924, se desloca a Minas Gerais na intitulada “Viagem de descoberta do Brasil”. Entre 1927 e 1929, o escritor viaja pelo Nordeste e pelo Norte do país nas “Viagens Etnográficas”. Em busca de um “Brasil autêntico, dos lugares de memória nacional”, dá início então a um processo de inventariação do patrimônio cultural do país. (NOGUEIRA, 2005).

Prova desse ideário, que se estendeu nas políticas de patrimônio cultural até os anos de 1970, é o fato de cinco cidades históricas mineiras, Diamantina, Serro, Mariana, Tiradentes e São João Del Rey, terem sido reconhecidas como Patrimônio Cultural Brasileiro nos anos 30. Essas cidades representariam um patrimônio cultural genuinamente brasileiro, o barroco.

Isso porque,

Para Mário, o Brasil se tornaria civilizado quanto mais se afastasse da imitação do modelo europeu, principalmente francês, e criasse sua própria identidade, estabelecesse seus ideais. Dessa maneira, seu olhar se volta para o interior do país, menos ou nada contaminado pelo espírito da Belle Époque. Nos registros de sua viagem por Minas Gerais, o poeta expressa a preocupação de preservar aquela arquitetura do século XVIII, em grande parte religiosa católica (NUNES, 2016, p. 199).

Aliás, a opção por esses bens evidencia o aspecto da seletividade (MENESES, 1996)⁴ do patrimônio cultural, ou seja, salienta-se que toda eleição de um bem cultural como patrimônio parte de uma seleção, de uma filtragem do acervo de práticas simbólicas de um dado grupo.

E essa seletividade carrega consigo um outro aspecto inerente às políticas de preservação do patrimônio cultural: os valores. Sob outros termos, é possível visualizar que toda operação no campo do patrimônio parte de uma valoração a dado bem (MENESES, 1999). Esses valores atribuídos a um dado bem podem mudar com o passar do tempo é fruto de uma ampla teia de significados e símbolos, inerentes da cultura. No caso em questão, das cidades coloniais mineiras, a opção do governo Vargas por sua salvaguarda partia do pressuposto que a arquitetura colonial brasileira (notadamente a presente nessas cidades mineiras, além de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) era capaz de sintetizar uma gama de valores identitários do Brasil então vigentes.

Mas, o que representariam essas cidades? Primeiramente, a ênfase à materialidade, traço, aliás, historicamente privilegiado nas políticas de patrimônio no Brasil⁶. A opção por esses locais, suas técnicas construtivas e soluções arquitetônicas poderiam evidenciar o domínio sobre a natureza, inclusive sobre terrenos hostis, como a acidentada Ouro Preto. Também eram símbolos de uma própria epopeia de conquista de cidadãos, que, a despeito de dificuldades, se sobressaíram. Logo, a cidade colonial mineira evidenciaria um ideário heróico de nascimento de um país civilizado, mas que não perderia características tradicionais próprias, como a religiosidade. Aliás, esse é um segundo aspecto digno de nota nesta opção do SPHAN, ao se considerar que a Fé Católica e seus templos estariam fortemente representados nessas cidades.

Essa etapa da proteção do patrimônio, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade⁵ esteve à frente da instituição, é conhecida como a fase heróica, e perdurou entre 1937 e 1967. Em que pese ter sido um momento importante para o fortalecimento da instituição, a série de medidas levadas a efeito pelo órgão propiciou um fenômeno interessante, segundo Gonçalves (2002) o barroco, marca da redescoberta” do Brasil pelos modernistas, representava, em 1982, 70% do patrimônio cultural brasileiro, sendo que a maioria dos bens

⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra de. Usos Culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. Turismo: espaço, paisagem e cultura. Tradução. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi um importante intelectual, escritor e gestor cultural brasileiro. Ele desempenhou um papel fundamental na preservação e valorização do patrimônio cultural do Brasil, sendo considerado o principal idealizador e primeiro presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937. Sua atuação foi marcada pelo desenvolvimento de políticas de proteção ao patrimônio, bem como pela promoção da diversidade cultural e pelo reconhecimento da importância do patrimônio como elemento fundamental na construção da identidade nacional.

⁶ O Decreto de número 3.551, de 4 de agosto de 2000, representou um marco importante na proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse decreto trouxe avanços significativos ao reconhecer e salvaguardar manifestações culturais e saberes tradicionais que são transmitidos oralmente, por práticas coletivas ou por meio de rituais e festas populares. Ao criar o Registro, o decreto estabeleceu critérios e procedimentos para identificar, documentar e preservar esses bens culturais, garantindo sua visibilidade, continuidade e respeito às comunidades detentoras dessas expressões. Dessa forma, esse decreto contribuiu para a proteção e valorização da diversidade cultural brasileira, reconhecendo a importância da dimensão imaterial do patrimônio e promovendo sua valorização como parte integrante da identidade e memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

salvaguardados pelo IPHAN estava localizado em Minas Gerais. Logo, se observa aqui o aspecto seletivo e o caráter valorativo ao seccionar dados bens e territórios de um universo cultural muito mais amplo, vocacionando-os como bens culturais genuinamente brasileiros.

A fase moderna da gestão do patrimônio cultural é caracterizada por uma abordagem mais abrangente e multidisciplinar para a preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural. Ela se desenvolveu a partir do século xx e continua até os dias atuais, refletindo uma mudança de paradigma na forma como o patrimônio cultural é compreendido e gerenciado.

Nessa fase, a gestão do patrimônio cultural passou a considerar não apenas a preservação física dos bens culturais, como monumentos e edifícios históricos, mas também a importância de sua dimensão imaterial, como tradições, expressões artísticas, conhecimentos e práticas culturais transmitidas ao longo do tempo.

O Decreto de número 3.551, de 4 de agosto de 2000, representou um marco importante na proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse decreto trouxe avanços significativos ao reconhecer e salvaguardar manifestações culturais e saberes tradicionais que são transmitidos oralmente, por práticas coletivas ou por meio de rituais e festas populares. Ao criar o Registro, o decreto estabeleceu critérios e procedimentos para identificar, documentar e preservar esses bens culturais, garantido sua visibilidade, continuidade e respeito às comunidades detentoras dessas expressões. Dessa forma, esse Decreto contribuiu para a proteção e valorização da diversidade cultural brasileira, reconhecendo a importância da dimensão imaterial do patrimônio e promovendo sua valorização como parte integrante da identidade e memória do povo brasileiro.

Como visto, a política de institucionalização e salvaguarda do patrimônio cultural foi mudando ao longo do tempo. Atualmente, as políticas de patrimônio não se restringem mais à ideia de “monumento histórico e artístico”. No seguinte trecho de Vasconcelos (2018, p. 4), pode-se entender melhor essa concepção

A nova definição abrange não somente os monumentos históricos e obras de artes, mas também elementos folclóricos, etnográficos, bibliográficos, documentais, materiais, entre outros, cujo significado não tem motivo de ser somente a história ou a estética, senão que são valiosos por tratarem de manifestações da atividade humana em geral, ainda que sejam muito recentes dando lugar para a noção de patrimônio múltiplo e plural.

Nesse sentido, por um longo período esse campo de estudo foi indicado apenas por especialistas e por referências elitistas, não se contemplando bens culturais de outros grupos que também fazem parte da sociedade brasileira. Em virtude disso, estudar e pesquisar sobre o ensino dos Patrimônios Culturais nas escolas implica ter a percepção que esse tema pode ser associado como distante e intocável. Sendo assim, o meio educacional também pode estar sujeito a reforçar narrativas que invisibilizam um trato plural do patrimônio e da educação patrimonial.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira os patrimônios culturais terão relação com as escolas. Com vistas a atingir esse objetivo, se realizou uma pesquisa bibliográfica sobre patrimônio cultural e ensino escolar desse conteúdo, procurando compreender, de forma mais específica, de que maneiras o patrimônio cultural e o seu ensino são compreendidos pelo Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa-PB, intitulado “Educação Patrimonial reflexões e práticas”. Espera-se também, a partir dele, visualizar algumas abordagens didático-pedagógicas para a exploração do tema dos patrimônios culturais no ensino escolar. Esta pesquisa, de cunho exploratório e viés qualitativo, decorre do interesse da pesquisadora acerca da difusão do patrimônio cultural junto a setores da sociedade, sobretudo sua difusão dentro a comunidade escolar.

A opção por estudar esse material se deu pelo fato da fonte de referência ser confiável, cadernos temáticos são geralmente produzidos por especialistas e pesquisadores renomados na área, ou seja, eles fornecem informações embasadas e atualizadas sobre os principais conceitos, teorias e práticas relacionadas à educação patrimonial, além de ser apresentado exemplos práticos, portanto, o caderno temático de João Pessoa inclui exemplos práticos, e relatos de experiências de atuação no campo. Esses exemplos foram úteis para embasar as discussões e análises realizadas nesta pesquisa.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se baseou, primeiramente, numa pesquisa bibliográfica sobre patrimônio cultural e ensino do patrimônio cultural. Em seguida, para analisar de que maneiras o patrimônio cultural é concebido e tratado pelo Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa-PB, optou-se por recorrer à Análise de Conteúdo, um conjunto de técnicas utilizadas em pesquisas qualitativas que busca conhecer o que estaria por trás do significado das palavras, proposta por Bardin (2011).

Essa Análise de Conteúdo foi realizada em três momentos, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados.

Após a organização do material e a feitura de uma leitura flutuante (BARDIN, 2011), organizou-se categorias de análise com base em critérios semânticos. Para isso, foram eleitos os seguintes temas que emanam do material, sendo representativos de sua abordagem: i) patrimônio cultural; ii) ensino do patrimônio cultural. Esses critérios irão nortear as análises, em consonância com os objetivos do próprio trabalho.

O principal motivo que levou à realização desse trabalho é o interesse em entender como os patrimônios culturais podem auxiliar na construção de uma educação crítica e emancipatória, pois através desse tema é possível um maior envolvimento dos educandos com as riquezas culturais de sua comunidade e da sociedade como um todo.

Quanto à estrutura do trabalho, importa considerar que ele se subdivide em três partes: a primeira é relativa ao debate sobre o tema do patrimônio cultural. Em seguida, será feita uma discussão referente ao conceito da cultura, mostrando como ao longo da história os patrimônios foram abordados apenas de forma erudita e elitizada. Na segunda seção, haverá uma digressão sobre os caminhos feitos pela educação patrimonial no Brasil, com algumas reflexões e diálogos sobre escolas e patrimônios culturais a partir das categorias da memória, identidade e espaço urbano. Por fim, apresentam-se os dados e a análise do caderno temático da Educação Patrimonial de João Pessoa-PB.

2. Notas preliminares sobre a cultura e o patrimônio cultura

Estudar e pesquisar sobre patrimônios culturais exige reconhecer que, ao longo da história brasileira, foi reforçada a ideia da cultura como sinônimo de poder, influenciando assim no silenciamento de diversas manifestações que fogem desse padrão de sofisticação.

Meneses (1996) traz a ideia de que a cultura deveria abraçar todos os níveis, espaços e campos da vida social e não apenas uma dimensão específica dela. Infelizmente, ao analisar como os patrimônios culturais foram se consolidando, não foi isso que ocorreu, haja vista que predominou uma visão grandiosa de patrimônio, relativa a alguns grupos sociais.

As manifestações e expressões de algumas classes e grupos sociais, como as de tradição europeia de herança luso-colonial, eram bem vistas, tanto pela sociedade, quanto para o Estado, enquanto outras nem tanto. Isso relegou ao esquecimento memórias oriundas das senzalas, quilombos, terreiros, cortiços e vilas operárias, que tinham em sua história manifestações culturais, luta e resistência africana e indígenas. (POLITIZE,2020)

Em virtude disso, é importante reparar o que está na nossa memória coletiva. No capítulo “vida de corte”, do livro “Brasil uma biografia”,(SCHWARCZ, STARLING,2015) busca mostrar como essa imagem de um território forte, sereno e rico foi sendo construído na geografia da nação e também no imaginário da população. Bourdieu (1989) analisa o conceito de “Poder Simbólico” que consiste na relação entre indivíduo e sociedade. Esse termo tenta mostrar que a vida em comunidade se apresenta cheia de sistemas simbólicos responsáveis por produções simbólicas, que funcionam como instrumento de dominação.

Em analogia a esse pensamento, as elites da época colonial com o fim de manter seus interesses criaram uma rede de símbolos que as tornava influentes em várias esferas da vida social. Sendo assim, podemos perceber que os patrimônios culturais em grande parte vão demonstrar o poder da cultura dominante, pois, ao longo da nossa história, é possível notar que os monumentos erguidos contribuíram para a

invisibilização de figuras importantes do país, sobretudo as camadas mais desfavorecidas da sociedade, como, por exemplo, mulheres, povos indígenas, negros e trabalhadores.

O museólogo Mário Chagas resume o que aqui pretende ser analisado, em seus estudos: ele pergunta se o que realmente está em questão é o poder da memória ou a memória do poder? Esse questionamento referente ao papel dos patrimônios mostra como temos um caráter elitista ao estudar sobre os patrimônios, visto que, preponderantemente, foi sendo consolidado um apreço apenas pelas construções e edifícios, negando muitas vezes a cultura em sua dimensão antropológica, como, por exemplo, sua diversidade, seu enraizamento no cotidiano e nos registros orais e imateriais da cultura. (CHAGAS, 2002)

No artigo “Patrimônio Cultural e a Institucionalização da memória coletiva no Brasil”, tem-se a reflexão que não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações quotidianas de seu viver (VANSCONCELOS, 2018)

Sob esse aspecto, o patrimônio cultural no processo educacional, que será alvo do próximo tópico, problematiza que, através da educação, temos a possibilidade da população reapropriar-se da história, ou seja, o ensino dos patrimônios culturais nas escolas pode ser uma forma de contribuir pela busca de se valorizar diferentes patrimônios culturais, logo diferentes memórias.

2.1 O patrimônio cultural e os caminhos trilhados pela Educação Patrimonial no Brasil

O filósofo Edmund Burke aborda em seus estudos que um povo que não conhece sua história está fadado a repeti-la, em consonância com esse pensamento, pesquisar sobre como a Educação Patrimonial no Brasil foi se consolidando é de suma importância para entender suas mudanças, seus erros e transformações, portanto, para ser possível traçar novos horizontes para esse campo de estudo se faz necessário apresentar os caminhos já trilhados.

Visto isso, alguns estudos referentes à área apresentam uma disseminação de informação em relação ao surgimento do termo da “Educação Patrimonial”, a maioria das pesquisas mostram como se tivesse surgido nos anos 1980, porém como apresentado no artigo: “o que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática”, a educação patrimonial surge muito antes da própria existência do termo.

Chagas (2013) alerta a tentativa de se estabelecer um marco zero para a educação patrimonial, sendo 1983 o ano e Petrópolis, no Rio de Janeiro, o local. Na verdade, quando faz isso, está se referindo à realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo Museu Imperial, a partir do qual se introduziu a expressão educação patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de heritage education. (TOLENTINO, 2016, p.41 apud CHAGAS,2013, p.30)

Desse modo, é possível perceber que os primeiros passos da Educação Patrimonial foram muito associados ao conceito e práticas referentes ao Guia Básico de Educação Patrimonial elaborado por Horta Grunberg e Monteiro (1999), a partir das experiências adotadas no Museu Imperial, de Petrópolis.

Atualmente, depois de um longo processo de debates e aprofundamentos “teóricos” as concepções sobre educação patrimonial não visam ou pelo menos não deveriam visar o patrimônio cultural feito sem a população ou fora dela. Em virtude disso, vai ser o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que irá guiar a maioria dos conceitos referentes aos patrimônios materiais e imateriais, tornando assim, a educação patrimonial:

[...] um processo constante de ensino/aprendizagem que tem o Patrimônio como objetivo central e foco de ações. É nesse tópico que se encontra a fonte primária de atuação que vem enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação, de uma região e de uma localidade sobre sua cultura, memória e identidade. (TOLENTINO, 2012, p. 59).

Quanto a isso, percebe-se que as escolas podem promover através dos patrimônios culturais a diversidade cultural, a formação da identidade e história de uma sociedade, pois é de se reconhecer que, no cotidiano das crianças e em seus territórios, há diferentes bens e práticas culturais permeadas de afeto e fundamentais para a percepção de si mesmas e de grupos aos quais se vinculam. Logo, pode desconstruir a ideia de que só é patrimônio algo chancelado pelo Estado.

Importante ressaltar também que refletir sobre a educação para o patrimônio cultural nos leva a considerar a perspectiva educacional que deve orientar nossas ações. Nesse contexto, a educação é feita como um processo dinâmico e contínuo. Assim, a educação significa promover a reflexão constante e a ação transformadora dos indivíduos no mundo, em oposição a uma educação meramente reprodutora de informações, que funciona como uma via de mão única e identifica os alunos apenas como consumidores passivos de conhecimento. Esse modelo de educação foi denominado por Paulo Freire como “educação bancária” (1987).

A “educação bancária” enxerga os educandos como meros receptores de conhecimento, passivos e desprovidos de voz e autonomia. Nesse modelo, o professor é o depositário do saber, enquanto os alunos são considerados como mero depositários, cuja função é absorver e memorizar informações sem questionamento crítico. Esse tipo de educação não estimula o pensamento reflexivo, a criatividade ou a capacidade de análise dos alunos. Em vez disso, perpetua uma relação hierárquica, no qual o professor é o detentor do poder e a autoridade, enquanto os alunos são subjugados ao papel de meros consumidores passivos de informações.

No entanto, a educação para o patrimônio cultural requer uma abordagem que vá além da simples transmissão de informações estáticas sobre monumentos, feitos ou tradições. Ela deve buscar engajar os educandos de maneira ativa e crítica, estimulando a compreensão profunda do patrimônio cultural como expressão da identidade coletiva e das relações sociais. Essa abordagem educacional envolve a valorização das experiências e conhecimentos prévios dos educandos, reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Os alunos devem ser incentivados a investigar, observar e compartilhar suas descobertas sobre o patrimônio cultural, promovendo um diálogo de mão dupla entre educadores e educandos.

É possível notar também como as práticas educativas que envolvem o tema se ampliaram e se modificaram, de modo a inserir os bens e as manifestações culturais de grupos diversos da sociedade brasileira e não só aqueles que ocupam ou ocuparam meios de poder. Dessa forma, há a presença de ações feitas nas escolas que realizam um movimento de tentar valorizar o saber dos educandos, pois como abordado pelo educador Paulo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, portanto, ao falar sobre patrimônios culturais nas escolas é necessário fazer com que o patrimônio envolva o contato com a comunidade, com as vivências dos alunos (as), além de incentivar a compreensão do espaço que os cercam, como as cidades.

Nesse sentido, as ações educativas que reconhecem seu papel na transformação social têm realizado trabalhos que buscam levar para sala de aula os elementos da vida que um grupo, no seu território considera como importantes, aquilo que no cotidiano marca a vida dos indivíduos. Podemos considerar então que:

Práticas educativas de caráter dialógico são fundamentais para ações de educação patrimonial junto a comunidades. Elas partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente. Ao contrário, abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso. (TOLENTINO, 2019, p. 146).

Nesse bojo, vem à tona o debate em torno das técnicas de interpretação do patrimônio, que, intimamente ligadas às ações educativas, dentre as quais a visita guiada, contribuem não só para entreter e inspirar novas atitudes junto às pessoas, mas, como defendido por Murta e Albano (2002), contribuir não só para informar, mas interpretar revelando significados, provocando emoções e estimulando a curiosidade.

Essas conclusões demonstram que os caminhos feitos pela Educação Patrimonial estão em constante movimentação e cabe a esse trabalho investigar de forma crítica se os patrimônios estão indo para direções que

valorizam a relação dos educandos com sua história como apresentado acima e não apenas um acúmulo de bens do passado.

3. Discussão e análise dos resultados

Para o ensino dos patrimônios culturais nas escolas não abordarem uma visão apenas baseada em conhecimentos unilaterais sobre os bens, é preciso não ignorar os significados e sentidos sociais atribuídos pelos moradores ao patrimônio.

Diante disso, esse tópico irá trabalhar, as categorias da memória, da identidade e do espaço urbano dos patrimônios culturais. Essas reflexões serão realizadas a partir do Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa/PB. Esse é intitulado como “Educação Patrimonial – Reflexões e Práticas”, tem como objetivo apresentar, aos educadores e interessados na área, textos de referências sobre Educação Patrimonial, bem como diferentes experiências de atuação relacionadas aos patrimônios culturais no Estado da Paraíba, seja na escola ou fora dela.

Nesse sentido, a primeira parte deste Caderno Temático, é intitulada de “Ajudando a refletir” e traz conceitos relacionados a Educação Patrimonial e quais devem ser seus fundamentos, convidando o leitor a ter um contato inicial com o tema, já a segunda parte do Caderno nomeada como “Colocando em prática” mostra ações educativas que podem ser formas de abordar os patrimônios culturais, ou seja, atividades que podem transformar o conhecimento teórico em experiências concretas e significativas para os educandos.

Após a organização do material e a feitura de uma leitura flutuante (BARDIN, 2011), organizou-se as seguintes categorias de análise com base em critérios semânticos: i) patrimônio cultural; ii) ensino do patrimônio cultural.

Esses critérios irão nortear as análises, em consonância com os objetivos do próprio trabalho. Importa, contudo, destacar que ao refletir sobre a primeira categoria, espera-se compreender como o Caderno trata o patrimônio cultural e se, de forma correlacionada, o tema da memória estaria presente. Já na segunda categoria, o ensejo fundamental é compreender como o Caderno aborda o tema da Educação Patrimonial, mediante eventual proposição de diretrizes e formas de trabalho.

i) Patrimônio cultural

O Caderno “Educação Patrimonial – Reflexões e Práticas” problematiza que as escolas podem inserir o tema dos patrimônios culturais partindo da casa, do bairro, do modo de viver, da culinária, das brincadeiras e da diversidade linguística presente na vida dos alunos. Essa abordagem já acontece, segundo o texto, em lugares como João Pessoa, sobretudo nas escolas municipais Santos Dumont, Frei Afonso, Monsenhor João Coutinho e Damásio Franca, realizaram trabalhos de educação patrimonial, um exemplo foi a exposição “João Pessoa minha Cidade”, que teve o intuito de identificar o que é patrimônio cultural para a população, um aluno do 4º ano da Escola Municipal Frei Afonso, mostrou o rio Sanhauá como seu patrimônio, importante rio localizado na região que foi nascedoura da cidade de João Pessoa (TOLENTINO, 2012, p. 45).

De acordo com Tolentino (2012), a escola Frei Afonso atende a muitos alunos que moram em bairros e comunidades localizadas à margem desse rio. Essas comunidades geralmente têm uma forte relação com o rio e sua cultura está permeada de saberes e fazeres ligados à pesca. Em virtude disso, pode ser confirmado que os patrimônios não são algo fora do indivíduo, eles ocupam um lugar no campo afetivo.

O caderno temático “Educação Patrimonial reflexões e práticas” também mostrou em seus escritos o projeto “Memórias Ribeirinhas – Porto do Capim”, que tem como objetivo realizar um registro de sua história, cultura e anseios, mas com o olhar da própria comunidade. Ações como essas mostram na prática o objetivo desse artigo, que é mostrar a importância de abordar os patrimônios culturais através da história, memória da comunidade, e com a participação ativa dos próprios moradores.

Outro exemplo são experiências fora da educação formal, como o caso de Areia, onde o ponto de cultura Viva o Museu promove um trabalho de envolvimento da comunidade em prol da preservação do acervo sob a guarda dos museus da cidade. Ou a experiência da Escola Olho Vivo do Tempo, uma ONG localizada na zona rural de João Pessoa, que, respaldada na Pedagogia Griô, desenvolve seu projeto de educação, valorizando os saberes e fazeres dos mestres da cultura popular do Vale Gramame.

Como se observa, as propostas do Caderno Temático para a compreensão do patrimônio já carregam consigo uma visão dilatada desse conceito, não o restringindo apenas a bens materiais, tampouco reconhecendo o patrimônio como aquilo que o Estado legitima como tal. Essa percepção vai ao encontro do seguinte trecho de Vasconcelos (2018, p. 4):

A nova definição abrange não somente os monumentos históricos e obras de artes, mas também elementos folclóricos, etnográficos, bibliográficos, documentais, materiais, entre outros, cujo significado não tem motivo de ser somente a história ou a estética, senão que são valiosos por tratarem de manifestações da atividade humana em geral, ainda que sejam muito recentes dando lugar para a noção de patrimônio múltiplo e plural.

Desse modo, as propostas do Caderno visam reparar uma visão elitista em torno do patrimônio cultural. Como se observa no relato acima, há a oportunidade de valorizar o patrimônio a partir do cotidiano da população e, ainda, permitir que outros grupos sejam valorizados, diferente de uma prática tradicional e erudita do patrimônio. Ao ampliar a compreensão do patrimônio cultural, incluindo não apenas os bens materiais, mas também as expressões imateriais, as práticas culturais e as memórias coletivas, é possível promover uma visão mais abrangente e inclusiva da cultura de um povo.

Ao adotar uma abordagem mais ampla e inclusiva do patrimônio cultural, reconhecendo a importância das manifestações culturais de diferentes grupos sociais e étnicos, o patrimônio deixa de ser visto como algo distante e inacessível, passando a ser percebido como parte integrante do cotidiano das pessoas.

Por fim, desconstruir a visão elitista do patrimônio cultural também contribui para superar desigualdades sociais, ao valorizar e preservar os patrimônios culturais de comunidades historicamente marginalizadas, como povos indígenas, afrodescendentes, populações tradicionais e grupos minoritários, promove-se a valorização da diversidade e o respeito à pluralidade cultural.

ii) ensino do patrimônio cultural.

Atualmente o modelo de sistema educacional pode acabar dificultando práticas educativas como essas apresentadas acima, de caráter dialógico. Os formatos de provas, matérias hierarquizadas, arrumação da sala, uniformes, tempo cronometrado, não consegue educar os indivíduos de maneira livre e integrada, o foco muitas vezes vai ser apenas despejar informações, sendo assim, o bem cultural muitas vezes vai ser dado como algo pronto, acabado, e não construído com os alunos(as) e o entorno. Diante dessa perspectiva, para ter reflexões que possam criar interações dos educandos e professores com os patrimônios é necessário antes de tudo se comprometer com uma educação emancipatória, só assim é possível ultrapassar os muros da escola.

Nesse sentido, existem metodologias apresentadas no Caderno temático que podem ser adotadas para a exploração dos patrimônios culturais na educação, como as baseadas em projetos, através da pedagogia do lugar e da memória e de forma interdisciplinar.

A primeira abordagem referente aos projetos é uma forma eficaz de envolver os estudantes na exploração dos patrimônios culturais. Os estudantes podem realizar pesquisas, visitas a locais históricos, entrevistas com especialistas locais, criar materiais educativos, produzir exposições ou até mesmo realizar intervenções artísticas. A Pedagogia do lugar enfatiza a conexão entre o aprendizado e o ambiente local, ela incentiva os estudantes a explorarem os patrimônios culturais presentes em sua própria comunidade, utilizando o ambiente como recurso educativo, isso pode envolver visitas a locais históricos, estudos de campo, entrevistas com moradores locais, entre outras atividades que permitem aos estudantes compreenderem a história, as

tradições e a identidade de sua região. Já a Pedagogia da memória traz a importância da memória coletiva na educação. Como se observa, a ênfase aqui não é na transferência do conteúdo (FREIRE, 1987), mas na construção de sentidos a partir da relação com o meio.

Ela busca conectar os estudantes com as memórias e histórias das gerações anteriores, utilizando o patrimônio cultural como bens para a transmissão dessa memória. Pode envolver atividades de narração de histórias, entrevistas com idosos, pesquisas genealógicas, projetos de preservação oral, entre outros. Por fim, temos a abordagem interdisciplinar, essas integram diferentes áreas do conhecimento, os professores podem colaborar entre si para criar atividades que envolvam aspectos históricos, geográficos, artísticos, literários, sociológicos, entre outros. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e contextualizada dos patrimônios culturais.

Nesse aspecto, entendemos que a Educação Patrimonial no seu início teve uma ação pedagógica mais direcionada para monumentos e objetos museográficos, apesar desse cenário ter mudado, esse fato apresentado, infelizmente ainda pode ser refletido dentro das escolas, deixando de fora a relação das comunidades com suas referências culturais, associando os patrimônios culturais apenas como algo intocável, velho e grande, por exemplo. Portanto, para que esse cenário não ocorra é necessário:

despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de interrelação com os outros e com o mundo. (TOLENTINO, 2012, p. 16).

Cada um desses métodos traz elementos únicos para a exploração dos patrimônios culturais, e é relevante também adaptar as metodologias e abordagens às características dos estudantes, ao contexto educacional e aos recursos disponíveis.

Portanto, essas abordagens ajudam a envolver os estudantes de maneira ativa, promover a compreensão e conhecer o patrimônio cultural, além de estimular a reflexão crítica. Conclui-se então, que os patrimônios culturais são fundamentais não apenas dentro das escolas, mas também além delas, na sociedade como um todo.

4. Considerações Finais

O presente estudo buscou fazer uma abordagem inicial sobre os patrimônios culturais nas escolas, esse contexto foi analisado por meio do caderno temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa- PB.

A partir disso, foi possível perceber que nas escolas, a educação para o patrimônio cultural desempenha um papel crucial na formação dos estudantes, permitindo que os alunos conheçam, compreendam e apreciem a diversidade cultural que existe ao seu redor, promovendo um senso de pertencimento e respeito pelas diferentes expressões culturais.

Com a análise do caderno foi possível perceber possíveis caminhos sobre o tema, como a criação de projetos que valorizem a noção de patrimônio múltiplo e plural, a importância dos sujeitos, ou seja os estudantes explorarem ou compartilhem seus próprios patrimônios culturais, o diálogo intercultural e a troca entre educandos de diferentes origens culturais, além de uma abordagem interdisciplinar dos patrimônios nas escolas, que seria uma prática que os professores de diferentes disciplinas se unem para desenvolver atividades

colaborativas, buscando criar conexões entre os conteúdos curriculares e os elementos culturais presentes na comunidade local.

No entanto, é importante destacar que a educação para o patrimônio cultural não deve se limitar ao ambiente escolar. É essencial estender essa abordagem para além das salas de aula, envolvendo a comunidade local, especialistas, instituições culturais e demais atores relevantes. Nisto deve-se compreender que o patrimônio não deve ser um processo passivo de preservação de objetos do passado, mas um processo ativo de relação de uma sociedade com seu passado através de objetos, lugares e práticas.

Se faz necessário também reconhecer algumas limitações que podem ter afetado os resultados e a abrangência das conclusões obtidas. Uma das limitações encontradas foi a disponibilidade limitada de recursos e tempo para a realização da pesquisa, dada a natureza abrangente do tema e a diversidade de patrimônios culturais. Outro desafio diz respeito à limitação geográfica, pesquisar sobre patrimônios culturais em um estado que ainda não se teve a vivência de conhecer como é o caso de João Pessoa-PB pode vir a restringir a amplitude da análise e a compreensão completa do fenômeno em estudo.

Portanto, ao considerar as limitações desta pesquisa, é fundamental reconhecer que ela representa um ponto de partida, espera-se então, que esses resultados sirvam de base para sustentar possíveis trabalhos futuros envolvendo a temática dos patrimônios culturais e a educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **A cidade educadora como um direito humano**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2005. p. 33-43.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2010.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2018.

CHAGAS, Mário. **Preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 105-116, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Estação Liberdade, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Editora UFRJ, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFMG, 2002.

GRUNBERG, Eneida R. S.; MONTEIRO, Ana M. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Concepções e práticas em educação patrimonial**. *Revista Clio Arqueológica*, v. 17, n. 2, p. 109-124, 2003.

MENESES, U. B. T. **O patrimônio como categoria histórica**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 15-38, 1999.

MENESES, U. B. T. **Cultura brasileira: patrimônio cultural, identidade nacional e globalização.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 109-130, 2002.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Ed. UFMG; Território Brasilis, Belo Horizonte, 2002.

NUNES, Angela de Castro Gomes. **O Brasil dos modernistas.** Editora FGV, 2016.

NUNEZ, L. O. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo.** Faces da História, v. 3, n. 2, p. 194-212, 6 set. 2017.

POLITIZE. **O que é patrimônio cultural?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 1º jul. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TOLENTINO, Natália F. **Educação para o patrimônio cultural: a construção do conhecimento a partir da vivência.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

TOLENTINO, Natália F. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 2, n. 1, p. 29-42, 2016.

TOLENTINO, V. **Caderno Temático sobre Educação Patrimonial de João Pessoa.** João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, 2012.

TOLENTINO, V. **Educação patrimonial: identidade cultural e transformação social.** In: REVISTA BIBLOS, v. 33, n. 1, p. 145-156, jan./jun. 2019.

VANSCONCELOS, Paulo. **Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil.** Revista Científica Semana Acadêmica, n. 36, 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/patrimonio-cultural-e-institucionalizacao-da-memoria-coletiva-no-brasil>. Acesso em: 1º jul. 2020.

VASCONCELOS, Diego. **Educação patrimonial: concepções, desafios e perspectivas.** Revista Ensaio, vol. 20, n. 2, p. 1-17, 2018.